



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLÍCIA MILITAR DO ACRE - PM
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000002/2026

CONTRATO Nº ____/____

CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EMISSÃO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS, INTERNACIONAIS E INTERMUNICIPAIS QUE CELEBRAM ENTRE SI A POLÍCIA MILITAR DO ACRE E A EMPRESa _____.
--

O ESTADO DO ACRE, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, por intermédio da **POLÍCIA MILITAR DO ACRE - PMAC**, inscrita no CNPJ nº 04.033.205/0001-24, situada na Rua Plácido de Castro, nº 70 – Centro, Rio Branco/Acre, neste ato representada pela Exma. Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Acre, a Senhora Marta Renata Silva de Freitas Alves - CEL QOMEC PM, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Acre, Matrícula nº 9110437-4, domiciliada em Rio Branco/AC, nomeada por meio do Decreto nº 8.647-P, de 11 de dezembro de 2024, publicado no D.O.E. nº 13.922-A, de 11 de dezembro de 2024, p. 1, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa _____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na (endereço), neste ato representada por _____, e inscrito(a) no CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na (endereço), simplesmente denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº ____/____, para a contratação de empresa para prestação de serviço de emissão de PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS, INTERNACIONAIS e INTERMUNICIPAIS, sob demanda, de agenciamento de viagens, compreendendo serviços de pesquisas de preços, reservas, marcação, cancelamento, remarcação, emissão e entrega de bilhetes eletrônicos de passagens aéreas (e-ticket) ou de ordens de passagens, com o respectivo “código localizador” e seguro de viagem para passagens aéreas internacionais, sujeitando-se às normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações, Decreto Estadual nº 11.363/2023, Decreto Federal nº 11.871/2023, Decreto Estadual nº 5.966/2010, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e Lei nº 8.078/1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor, Parecer nº __ e demais normas legais pertinentes, têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas cláusulas seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Contrato, a contratação de empresa para prestação de serviço de emissão de PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS, INTERNACIONAIS e INTERMUNICIPAIS, sob demanda, de agenciamento de viagens, compreendendo serviços de pesquisas de preços, reservas, marcação, cancelamento, remarcação, emissão e entrega de bilhetes eletrônicos de passagens aéreas (e-ticket) ou de ordens de passagens, com o respectivo “código localizador” e seguro de viagem para passagens aéreas internacionais, conforme as especificações abaixo elencadas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO PARA GASTO COM PASSAGEM ANUAL	TAXA DE AGENCIAMENTO (%)	VALOR TOTAL ANUAL
------	---------------	--	--------------------------	-------------------



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLICIA MILITAR DO ACRE - PM
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000002/2026

1	Agenciamento de passagens aéreas nacionais, intermunicipais e, eventualmente, internacionais+ Seguro de viagem para passagens aéreas internacionais.	R\$	%	R\$
---	--	-----	---	-----

1.2. No valor do VALOR UNITÁRIO POR EMISSÃO DE BILHETE (TAXA DE AGENCIAMENTO) deverão estar incluídos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos (inclusive tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições fiscais, transporte, seguro e insumos), além de descontos ou quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

1.3. A empresa deverá ofertar o preço praticado pelas concessionárias de passagens aéreas, devidamente aprovados pelas autoridades competentes, inclusive os descontos oferecidos ao público em geral pelas companhias, incluída a taxa de embarque, de acordo com a disponibilidade de vagas e com o critério de cada companhia aérea, acrescido de taxa fixa pelo agenciamento.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor global do presente Contrato é de R\$ _____ (_____).

2.2. No valor contratado já estão inclusos todos os custos necessários, tais como: acessórios de instalação, impostos, tributos, custos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, frete, deslocamento de pessoal e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o valor do objeto do Contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes das aquisições dos produtos/objeto desta contratação, ocorrerão por conta dos recursos consignados conforme a seguir:

Cód. Órgão / Unidade Executora	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor Estimado
				R\$
TOTAL				R\$

4. CLÁUSULA QUARTA - DO EMPENHO DA DESPESA

4.1. Os recursos necessários ao atendimento da despesa inerente ao presente Contrato estão regularmente inscritos na(s) Nota(s) de Empenho(s) abaixo, correspondente(s) ao exercício em curso:

Nº Empenho	Data	Valor (R\$)	Natureza de Despesa (ND)

5. CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLICIA MILITAR DO ACRE - PM
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000002/2026

5.1. O Contrato terá vigência 1 (um) ano, contados a partir da sua assinatura, podendo, a critério da Administração, ser prorrogado sucessivamente, até o limite de 10 (dez) anos, conforme artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

6.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

6.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço;

6.5. Proporcionar todas as facilidades, informações e esclarecimentos para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços;

6.6. Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação do valor das tarifas à data de emissão das passagens;

6.7. Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para tratar de assuntos pertinentes aos serviços contratados;

6.8. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com este Contrato;

6.9. Notificar, por escrito, a CONTRATADA, sobre a aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o contraditório e a ampla defesa;

6.10. Solicitar formalmente à CONTRATADA, no caso de não utilização de bilhete de passagem, em seu percurso total ou parcial, o ressarcimento do valor correspondente ao trecho (crédito), situação em que a CONTRATADA deverá emitir a correspondente Nota de Crédito que, por medida de simplificação processual, deve se dar mediante glosa dos valores respectivos na própria fatura mensal apresentada pela CONTRATADA;

6.11. Os valores não processados na fatura relativa ao mês da ocorrência deverão ser processados na próxima fatura emitida pela CONTRATADA.

6.12. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

6.12.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

6.12.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLICIA MILITAR DO ACRE - PM
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000002/2026

- 6.12.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
- 6.12.4. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades e as informações necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;
- 6.12.5. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, a aplicação de sanções, alterações e revisões do Contrato;
- 6.12.6. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o Contrato;
- 6.12.7. Comunicar oficialmente à CONTRATADA as falhas detectadas;
- 6.12.8. Aceitar ou rejeitar a execução do serviço, após a conclusão de cada etapa do objeto, fazendo, por escrito, as observações que julgar necessárias à sua perfeita conclusão e devida aceitação;
- 6.12.9. Designar um fiscal do contrato, responsável pelo acompanhamento dos serviços realizados.
- 6.13. Observar as obrigações resultantes da Lei nº 14.133/2021.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 7.2. No momento da contratação apresentar Certificado de registro concedido pelo Ministério do Turismo, conforme previsto no art. 22 da Lei nº 11.771/2008, e ao artigo 18 do Decreto n.º 7.381/2010, na modalidade “Agência de Viagem”.
- 7.3. Deverá apresentar declaração de que já possui ou possuirá na assinatura do contrato, um telefone local ou 0800 e indicação de pessoal qualificado para resolução de problemas que possam ocorrer quando da emissão de passagens e embarques de passageiros.
- 7.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, relacionadas aos serviços, objeto deste Termo.
- 7.5. Utilizar-se de mão-de-obra habilitada e com conhecimento prévio dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 7.6. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE.
- 7.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLICIA MILITAR DO ACRE - PM
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000002/2026

- 7.8. Manter para a CONTRATANTE, a qualquer momento, em horário compreendido como comercial ou atendimento na cidade de Rio Branco/Acre, via telefone, com funcionários suficientes para atender prontamente às solicitações decorrentes dos serviços pertinentes ao objeto deste Termo.
- 7.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 7.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.
- 7.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 7.12. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sob todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar os empregados nesse sentido.
- 7.13. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos na execução dos serviços.
- 7.14. A empresa CONTRATADA deverá dispor de estrutura necessária para prestação dos seguintes serviços:
- a) Execução de reserva automatizada, “on-line” e emissão de seu comprovante;
 - b) Emissão de bilhetes automatizados, “on-line”;
 - c) Consulta e informação de melhor rota ou percurso, “on-line”;
 - d) Consulta e frequência de voos e equipamentos, “on-line”;
 - e) Consulta à menor tarifa disponível, “on-line”;
 - f) Impressão de consultas formuladas;
 - g) Alteração/remarcação de bilhetes;
 - h) Consulta e informação relacionadas a inclusão de taxas de bagagens.
- 7.15. A CONTRATADA deverá providenciar, junto às respectivas empresas aéreas, autorização para envio de excesso de bagagem sempre que militar ou colaborador(a) eventual a serviço da PMAC necessitar transportar equipamentos e materiais inerentes à PMAC.
- 7.16. A autorização de que trata o subitem anterior dar-se-á mediante prévia solicitação da PMAC, por meio de mensagem de correio eletrônico (e-mail) e, se as circunstâncias assim o exigirem, por telefone, fac-símile ou outro meio de comunicação, encaminhada pelo(a) PMAC.
- 7.17. O valor do excesso de bagagem deverá ser pago pela CONTRATADA e posteriormente faturado à Polícia Militar do Acre - PMAC.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLICIA MILITAR DO ACRE - PM
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000002/2026

- 7.18. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos na execução dos serviços.
- 7.19. Emitir E-TICKET, online, para qualquer localidade solicitada pela CONTRATANTE, inclusive fora do expediente administrativo de trabalho.
- 7.20. Combinar tarifa.
- 7.21. Deverá manter um preposto à disposição da CONTRATANTE, munido de sistema de comunicação que permita sua localização imediata para atendimento fora do horário estabelecido, inclusive aos sábados, domingos e feriados.
- 7.22. Nos fins de semana e feriados, a CONTRATADA deverá indicar empregado(a) para atender os casos excepcionais e urgentes, disponibilizando à CONTRATANTE, plantão de telefones locais fixos e celulares (Rio Branco/AC).
- 7.23. Repassar à CONTRATANTE eventuais vantagens concedidas pelas companhias aéreas, tais como promoções, cortesias e demais vantagens.
- 7.24. Prestar assessoramento para definição de melhor roteiro, horário e frequência de voos (partida/chegada), conexões e tarifas promocionais.
- 7.25. Providenciar o fornecimento de passagens e embarque de passageiros fora do expediente administrativo de trabalho, incluindo sábados, domingos e feriados.
- 7.26. Elaborar, quando solicitado, planos de viagens internacionais com opções de horários e voos.
- 7.27. Pagar, pontualmente, as companhias aéreas independentemente das condições de pagamento pactuadas com a CONTRATANTE, ficando claro que a CONTRATANTE não responderá solidária ou subsidiariamente por essa obrigação, que é de inteira responsabilidade da CONTRATADA.
- 7.28. Promover o reembolso de passagens não utilizadas pela CONTRATANTE, mediante solicitação feita pela CONTRATANTE, respeitando-se as condições previstas pelas companhias aéreas, ficando a cargo da CONTRATANTE informar quando o passageiro não efetuar a viagem.
- 7.29. Caso não ocorra o referido reembolso no prazo estipulado, os valores correspondentes aos bilhetes devolvidos serão glosados em fatura a ser liquidada.
- 7.30. Fornecer, juntamente com o faturamento, os valores referentes às remarcações de bilhetes autorizados pela CONTRATANTE, bem como os créditos decorrentes de passagens e/ou trechos não utilizados no período a que se refere o faturamento, efetuando, no mesmo, o respectivo abatimento.
- 7.31. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados no desempenho dos serviços, bem como aquelas com os serviços de entrega dos bilhetes nos endereços solicitados, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLICIA MILITAR DO ACRE - PM
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000002/2026

7.32. Assumir, como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e, tecnicamente perfeita, execução dos serviços contratados, responsabilizando-se, também, pela idoneidade de seus empregados, prepostos ou subordinados, bem como por quaisquer danos ou prejuízos causados às instalações físicas, ao mobiliário e aos equipamentos da CONTRATANTE e de terceiros.

7.33. Informar ao FISCAL do contrato a ocorrência de quaisquer atos, circunstâncias ou fatos que possam atrasar ou impedir a conclusão dos serviços dentro do prazo previsto, sugerindo as medidas cabíveis e indispensáveis para a regularização do atendimento.

7.34. Fornecer e utilizar, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE que não sejam aqueles definidos e estabelecidos no preço global mensal do contrato, toda a mão de obra e serviços necessários à perfeita execução dos serviços objeto deste termo.

7.35. Assumir, integralmente, a responsabilidade por quaisquer acidentes nos quais possam ser vítimas seus empregados durante a execução dos serviços nas dependências da CONTRATANTE, por omissão, negligência e descumprimento das recomendações técnicas e daquelas estabelecidas neste termo.

7.36. A CONTRATANTE poderá exigir da CONTRATADA o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da mesma, que não mereça a sua confiança ou embarace a fiscalização ou, ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas, bem como o que apresente qualificação inadequada ou inabilitada para a prestação dos serviços.

7.37. À CONTRATADA fica expressamente proibido o aproveitamento de servidores da PMAC para execução dos serviços objeto do Contrato.

7.38. Incluir na fatura os valores relativos às tarifas de bagagens, as quais serão previamente solicitadas pelo CONTRATANTE quando da emissão da passagens (nacionais e internacionais).

7.39. A CONTRATADA deverá providenciar quando solicitado pela CONTRATANTE, a marcação de assentos “Conforto” e/ou Espaço Mais” ofertados pelas Companhias Aéreas, devendo incluir na fatura os respectivos valores.

7.40. Apresentar mês a mês das faturas emitidas pela companhia aérea referente às passagens compradas pela PMAC, sendo exigência como condição de pagamento para a próxima fatura da agência. “ Acórdão TCU 1314/2014- Plenário, TC 001.043/2014-5, relator Ministro Raimundo Carreiro, 21.5.2014. ”

7.41. E, ainda, obedecer às obrigações constantes da Resolução nº 400/2016 da ANAC.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A gestão e a fiscalização do Contrato será efetuada por militar designado da Polícia Militar do Acre - PMAC, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, arts. 15 a 20 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 e a Instrução Normativa nº 001/2016 da Controladoria-Geral do Estado do Acre.

8.2. **Fiscal do Contrato:**



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLICIA MILITAR DO ACRE - PM
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000002/2026

- 8.3. São atribuições do fiscal de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 8.3.1. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;
- 8.3.2. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;
- 8.3.3. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;
- 8.3.4. No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no Contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;
- 8.3.5. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade e qualidade;
- 8.3.6. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do Contrato, em livro próprio;
- 8.3.7. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora.
- 8.3.8. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;
- 8.3.9. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela Contratada;
- 8.3.10. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;
- 8.3.11. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais ou bens requisitados foram entregues em perfeito estado e nas mesmas condições e características pactuadas;
- 8.3.12. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;
- 8.3.13. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;
- 8.3.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;
- 8.3.15. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;
- 8.3.16. Cientificar o gestor do Contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade Contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLICIA MILITAR DO ACRE - PM
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000002/2026

- 8.3.17. Realizar, juntamente com a Contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- 8.3.18. Reportar-se sempre ao preposto da Contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;
- 8.3.19. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;
- 8.3.20. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;
- 8.3.21. Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos servidos efetivamente realizados;
- 8.3.22. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;
- 8.3.23. Glosar as medições quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações; e Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.
- 8.4. **Gestor do Contrato:**
- 8.5. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 8.5.1. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
- 8.5.2. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
- 8.5.3. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
- 8.5.4. Solicitar periodicamente ao fiscal do Contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
- 8.5.5. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
- 8.5.6. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;
- 8.5.7. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;
- 8.5.8. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao Contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
- 8.5.9. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLICIA MILITAR DO ACRE - PM
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000002/2026

- 8.5.10. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.
- 8.5.11. Propor medidas que melhorem a execução do contrato.
- 8.5.12. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
- 8.5.13. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
- 8.5.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;
- 8.5.15. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos Contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;
- 8.5.16. Negociar condições previamente estabelecidas com o Contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;
- 8.5.17. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao Contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas;
- 8.5.18. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao Contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões
- 8.5.19. Obter a formalização da designação do preposto junto à Contratada;
- 8.5.20. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à Contratada para execução do pactuado, quando for o caso;
- 8.5.21. Notificar a Contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade Contratante, sobre irregularidades encontradas; e
- 8.5.22. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da Contratada com seus empregados.

9. CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento do serviço efetivamente prestado será creditado em nome da Contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste, em conta corrente por ela indicada, em moeda corrente nacional, mediante ordem



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLÍCIA MILITAR DO ACRE - PM
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000002/2026

bancária, uma vez satisfeitas as formalidades previstas no art. 12, inciso II, art. 40 e art. 140 da Lei nº 14.133/2021, sendo observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, conforme disposto no caput do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. O documento fiscal deverá ser emitido pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ indicado na proposta de preços e nos documentos de habilitação, bem como na Nota de Empenho, e deverá conter o detalhamento dos materiais e os valores destacados das retenções.

9.3. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:

Polícia Militar do Acre;

CNPJ: 04.033.205/0001-24;

PC Plácido de Castro, 70 bairro Centro;

Rio Branco – AC;

CEP: 69.900-078.

9.4. A Contratada deverá emitir o documento fiscal, conforme Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009, do qual o Estado do Acre é signatário.

9.5. O documento fiscal deverá ser preenchido conforme os artigos 18 e 19 da Instrução Normativa CGE/AC Nº 002/2013 de 27 de maio de 2013, devendo ser obrigatório também a:

I - discriminação clara e detalhada do serviço prestado ou material fornecido;

II - data de emissão do documento fiscal;

III - competência (período/mês em que o serviço foi executado);

IV - indicação da parcela ou medição a ser paga e total de parcelas ou medições a pagar referentes ao fornecimento/serviço, quando for o caso;

V - indicação do certame licitatório;

VI - indicação do número da ata, em caso de registro de preços;

VII - indicação do número da nota de empenho;

VIII - indicação do número do contrato ou instrumento substituto; e

IX - indicação de contrato de empréstimo, agente financiador ou quaisquer outras informações solicitadas pela instituição concedente do recurso, quando for o caso.

9.6. Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à aquisição, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

9.7. É condição para o pagamento do valor constante no documento fiscal, a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa ou Positiva com efeitos



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLICIA MILITAR DO ACRE - PM
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000002/2026

de negativa da Receita Federal, Certidão Negativa da Receita Estadual, Certidão Negativa Municipal, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa da Dívida Ativa, Certidão Negativa de Falência e Concordata, Insolvência Civil, Recuperação Judicial e Extrajudicial.

9.8. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5 % (zero vírgula cinco) por cento ao mês e de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die e de forma não composta, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = VP \times N \times I$, onde:

EM = Encargos moratórios.

VP = Valor da parcela em atraso.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

$I = (TX/100) / 365$ = Índice de atualização financeira = $[(6/100)/365] = 0,00016438$.

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6% (seis por cento).

9.9. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora. (IN 06, DE 23 de dezembro de 2013 da SLTI do MPOG).

9.10. A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal /Fatura, após a ocorrência.

9.11. O Contratante pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela Contratada. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

9.12. O desconto de qualquer valor no pagamento devido à Contratada será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

10.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLICIA MILITAR DO ACRE - PM
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000002/2026

de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS PRAZOS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. A CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a assinatura do contrato e compreenderá o seguinte:

- a) Emissão de passagens;
- b) Marcação, remarcação, reservas, desdobramento e substituição de bilhetes aéreos;
- c) Marcação de assentos, inclusão de bagagens (quando solicitado);
- d) Prestação de assessoramento para definição de melhor roteiro, horário, frequência de voos, (partida/chegada), conexões, tarifas promocionais e retirada dos bilhetes;
- e) Resolução de problemas que venham surgir relacionados a passagens, bagagens e embarques;
- f) Emissão de passagens aéreas para outras localidades no Brasil e no exterior. Para as passagens aéreas, a emissão será feita por meio de *e-Ticket*, informando ao interessado o código de transmissão e a companhia aérea;
- g) Entrega dos bilhetes de passagens aéreas;
- h) Proceder à emissão de bilhetes para outras localidades no Brasil e no exterior, à disposição do passageiro, na companhia ou aeroportos mais próximos, informando o código localizador e a empresa aérea;
- i) Repassar integralmente todos os descontos promocionais de tarifas reduzidas concedidos pelas companhias aéreas.
- j) Fornecimento de comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens à qual deve acompanhar as faturas mensais;

11.2. Apresentar mês a mês das faturas emitidas pela companhia aérea referente às passagens compradas pela PMAC, sendo exigência como condição de pagamento para a próxima fatura da agência, conforme exige o Acórdão TCU 1314/2014- Plenário, TC 001.043/2014-5, relator Ministro Raimundo Carreiro, 21.5.2014.

11.3. A prestação dos serviços pelas agências de viagens é feita através da RAV (Remuneração do Agente de Viagem) que será devida sempre que for executado um dos serviços contratados, emissão e reemissão, incluídos os serviços de reserva, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagens, aéreas, nacionais e internacionais etc;

11.4. A CONTRATADA deverá entregar os bilhetes de passagens aéreas nacionais e intermunicipais em até 2 (duas) horas, e internacionais em até 8 (oito) horas, após a solicitação, diretamente ao requisitante, podendo a



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLICIA MILITAR DO ACRE - PM
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000002/2026

entrega ser por meio eletrônico (E-mail);

11.5. Os serviços, objeto deste Termo de Referência, somente serão executados pela empresa registrada, mediante solicitação do CONTRATANTE e através de termo contratual;

11.6. No valor global da proposta apresentada deverão estar incluídos impostos, fretes, encargos sociais e demais despesas pertinentes à entrega do objeto.

11.7. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;

11.8. A falta de quaisquer materiais e insumos necessários ao atendimento das demandas não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto desta licitação e não eximirá a CONTRATADA das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

11.9. No caso de problemas na execução dos serviços, a CONTRATADA será notificada para que tome as providências necessárias no sentido de evitar futuras repetições das ocorrências observadas. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, inclusive dos prazos de entrega, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

11.10. Quando do pagamento será efetuada a retenção e recolhimento de tributos e contribuições previstas na legislação aplicável.

11.11. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, documentação contendo os valores efetivamente cobrados pelas empresas aéreas para passagens já emitidas;

11.12. Havendo diferença, em desfavor da Administração, entre o valor cobrado e o valor informado pela companhia aérea, a CONTRATADA deverá adotar providências com o objetivo de devolver os valores cobrados a maior por meio de notas de crédito.

11.13. A CONTRATADA repassará ao CONTRATANTE todas as vantagens e tarifas-acordo (tarifa negociada entre a CONTRATADA e a companhia aérea que vier a celebrar com as companhias aéreas.

11.14. Fica expressamente VEDADA a subcontratação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, devendo a empresa CONTRATADA emitir as passagens diretamente através das companhias aéreas e/ou consolidadora;

11.15. **DO ACESSO AO SISTEMA DE GESTÃO DE VIAGENS**

11.16. A contratada deverá disponibilizar sistema informatizado acessível via internet, permitindo ao gestor e fiscal do contrato realizar consultas, cotações, reservas e acompanhamento das solicitações. O sistema deverá permitir consulta em tempo real das opções de voos e tarifas, apresentar comparativo das tarifas disponíveis, registrar histórico das operações e permitir emissão de relatórios gerenciais, funcionando em ambiente web.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLICIA MILITAR DO ACRE - PM
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000002/2026

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DISPONIBILIDADE DO ATENDIMENTO

12.1. A CONTRATADA deve manter, em caráter permanente e de forma ininterrupta, Central de Atendimento em ambiente físico, durante toda vigência do contrato, podendo ser acionada por meio de mensagens eletrônicas (e-mail, SMS e WhatsApp), e via telefone fixo, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, inclusive feriados;

12.2. Os serviços de viagens - tais como bilhetes aéreos - que tenham por natureza alterações de tarifas frequentes e sem prévio aviso por parte dos fornecedores deverão ser prestados respeitando os seguintes prazos:

- a) Em dias úteis: Atendimento em até 01 (uma) hora da solicitação.
- b) Nos finais de semana, feriados e após as 18h00min (em dias úteis): Atendimento em até 02 (duas) horas da solicitação.

12.3. Serão consideradas solicitações de Caráter Emergencial, aquelas realizadas para emissão, reemissão, alteração ou cancelamento, com prazos inferiores a 24 (vinte e quatro) horas anteriores ao horário do voo/serviço, quando expressamente solicitado pela unidade administrativa competente ou a qualquer tempo pelos passageiros que se encontram em trânsito.

12.4. O atendimento emergencial deverá ser oferecido em caráter permanente e de forma ininterrupta, via telefone fixo, celular e/ou central de telefonia (*call center*), bem como de outros recursos, além do ambiente físico a se que se refere o item 4.1 a serem disponibilizados pelo CONTRATADO, os quais deverão permitir ao(s) usuário(s) responsável(eis), de forma imediata, realizar alteração ou emissão de bilhete/serviços inclusive em dias não úteis e horários de não expediente da contratante;

12.5. Quando não se tratar de usuário em trânsito, a CONTRATADA deverá atender as requisições formuladas verbalmente pela determinação da CONTRATANTE, que designará funcionário para tais atribuições, em casos emergenciais, e em dias e horários de não expediente da CONTRATANTE.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO SEGURO DE ASSISTÊNCIA EM VIAGEM INTERNACIONAL

13.1. A Contratada deverá providenciar, no prazo de até 2 (duas) horas quando solicitado pela CONTRATANTE, no mínimo 03 (três) cotações de seguro e/ou assistência em viagens ao exterior, com companhias seguradoras, para aprovação do custo e autorização da emissão pelo fiscal.

13.2. A Contratada deverá emitir a apólice/*voucher*, no prazo de 01 (uma) hora após a autorização pelo militar responsável da PMAC responsável pela solicitação;

13.3. Os serviços de emissão de apólice/*voucher* de seguro e/ou assistência em viagem internacional compreendem a cotação, emissão, remissão, cancelamento e reembolso.

13.4. O *voucher*/apólice de seguro e/ou assistência em viagem internacional emitido deve conter: o nome do passageiro, o número da proposta/requisição de viagem, o número da apólice/*voucher*, o detalhamento da cobertura, o valor do prêmio, eventuais encargos; correções ou taxas a serem deduzidos, o total líquido e todas as formas de comunicação para acionamento do seguro no Brasil e no exterior.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLICIA MILITAR DO ACRE - PM
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000002/2026

- 13.5. Cobertura para morte acidental, considerando o evento com data caracterizada, súbito involuntário e que tenha como consequência direta a morte do passageiro;
- 13.6. Cobertura para invalidez por acidente, considerando perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de membro ou órgão do passageiro;
- 13.7. As coberturas oferecidas deverão observar, minimamente, os valores abaixo, a fim de atender às exigências do *Tratado de Schengen* e para garantir a efetividade das demais coberturas, independentemente do destino da viagem:
- 13.8. Assistência médica (despesas médico/hospitalares) por Acidente ou Enfermidade (por evento): EUR 30.000,00;
- 13.9. Assistência/despesas farmacêuticas (por evento): EUR 150,00;
- 13.10. Assistência odontológica (por evento): EUR 150,00.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FATURAMENTO

- 14.1. O faturamento deverá ser o somatório dos preços cobrados no momento da emissão de cada passagem, acrescido do somatório dos valores das respectivas taxas de embarque, bem como o valor da Taxa de Agenciamento com o desconto ofertado pela licitante vencedora;
- 14.2. Promover, mediante solicitação e no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da solicitação, reembolso de passagens não utilizadas pelo CONTRATANTE;
- 14.3. Caso a empresa não emita nota de crédito no prazo acima estipulado ou não informe o valor dos trechos não utilizados, o valor total do bilhete, pelo seu valor de face, será glosado em fatura a ser liquidada;
- 14.4. Poderá ser deduzida do valor do bilhete a ser reembolsado multa eventualmente cobrada pela companhia aérea, desde que devidamente comprovada;
- 14.5. As faturas que apresentarem qualquer tipo de incorreção serão devolvidas e sua nova apresentação ocorrerá juntamente com a fatura subsequente;
- 14.6. O CONTRATADO deverá apresentar as faturas para pagamento no 16º dia útil do mês vigente da prestação do serviço, e no 1º dia útil do mês subsequente da prestação do serviço;
- 14.7. As faturas deverão discriminar relatório analítico completo com os seguintes campos:
- 14.7.1. Número da solicitação;
- 14.7.2. Tipo de solicitação;
- 14.7.3. Centro solicitante (Setor, Diretoria, Divisão, Departamento);
- 14.7.4. Motivo;
- 14.7.5. Projeto;
- 14.7.6. Atividade;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLICIA MILITAR DO ACRE - PM
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000002/2026

- 14.7.7. Valor da taxa de agenciamento ofertado pela licitante vencedora;
- 14.7.8. Valor das taxas discriminando os seus beneficiários e/ou emissores com CNPJ;
- 14.7.9. Taxa de embarque nacional;
- 14.7.10. Taxa de embarque internacional;
- 14.7.11. Taxa de emissão de PTA;
- 14.7.12. Outras taxas;
- 14.7.13. Valor da retenção sobre a tarifa;
- 14.7.14. Valor da retenção sobre as taxas;
- 14.7.15. Valor total das retenções (retenção tarifa + retenção das taxas);
- 14.7.16. Valor líquido a ser pago (valor total da apropriação - valor total das retenções).
- 14.7.17. A cobrança do seguro viagem deve ser apresentada em faturas específicas, discriminando ainda:
- 14.7.18. Número da requisição;
- 14.7.19. Nome do beneficiário;
- 14.7.20. Data de emissão do seguro;
- 14.7.21. Trecho da viagem;
- 14.7.22. Valor do seguro.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PASSAGENS EMITIDAS E NÃO UTILIZADAS -
FORMA DE REVERSÃO**

15.1. Os bilhetes de passagens aéreas nacionais, internacionais e intermunicipais, regularmente emitidos e não utilizados, até o décimo dia de sua emissão, deverão ser reembolsados à CONTRATANTE, respeitando-se as condições previstas pelas companhias aéreas, ficando a cargo da contratante informar quando o passageiro não efetuar a viagem. A Contratada deduzirá do reembolso o valor decorrente dos encargos inerentes ao cancelamento do bilhete em que deu causa, tais como: multa aplicada pela empresa aérea pelo cancelamento do bilhete, imposto, em caso de já ter sido faturado o bilhete, não sendo exornada a Taxa DU para Contratante, permanecendo como remuneração para agência de viagens.

15.2. Serão consideradas para o entendimento deste memorial descritivo as seguintes definições:

15.2.1. CANCELAMENTO: transação comunicando a não utilização do bilhete de passagem aérea, realizada através do SISTEMA ONLINE VIA WEB ou pela CONTRATADA, caso solicitado pela CONTRATANTE;

15.2.2. REEMBOLSO: devolução de valores já quitados e recebidos pela companhia aérea, após a emissão da passagem, passíveis de retenção parcial por parte da companhia aérea, conforme política tarifária.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLICIA MILITAR DO ACRE - PM
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000002/2026

15.2.3. O reembolso de valores pagos relativos a passagens regularmente emitidas e não utilizadas será efetuado mediante apresentação de Nota de Crédito, para fins de compensação com faturas a vencer, contendo no mínimo:

15.3. UNIDADE SOLICITANTE

- a) dados do BILHETE DE PASSAGEM: nome do passageiro, origem/destino, data do voo;
- b) valor pago;
- c) taxa de embarque;
- d) valor da multa;
- e) valor do crédito.

15.4. A CONTRATANTE efetuará a conferência das informações e a consequente glosa do valor a que tem direito, no momento em que for viável e possível, levando em consideração o valor da fatura e o tempo necessário para o término da conferência;

15.5. O reembolso obedecerá às eventuais restrições constantes das condições de sua aplicação, inclusive prazo de reembolso, taxa administrativa e outras penalidades.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO REAJUSTE E REVISÃO CONTRATUAL

16.1. Reajuste:

16.1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

16.1.2. Dentro do prazo de vigência do Contrato e mediante solicitação da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado da data limite para a apresentação das propostas, aplicando-se o índice IPCA;

16.1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

16.1.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

16.1.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

16.1.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

16.1.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

16.1.8. O reajuste será realizado por apostilamento.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLICIA MILITAR DO ACRE - PM
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000002/2026

16.2. Revisão:

16.2.1. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica do Contratante, porém contemplará os equipamentos a partir da data do protocolo do pedido;

16.2.2. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender o fornecimento dos equipamentos e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes;

16.2.3. Fica facultado ao Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela Contratada;

16.2.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso;

16.2.5. Para fins do disposto no subitem anterior, será devida a revisão dos valores pelo Contratante a partir da data do fato que gerou o direito ao reequilíbrio contratual, desde que solicitado formalmente, mediante comprovação pela Contratada e após a análise técnica e jurídica do Contratante;

16.2.6. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato, nos termos do disposto no art. 124, na alínea “d” do inciso II da Lei nº 14.133/2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

17.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no presente objeto, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato, conforme previsto no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1. A Contratada não poderá subcontratar, ficando, o vínculo contratual adstrito somente ao Contratante e à Contratada, respondendo a Contratada por todos os danos causados na execução do objeto do Contrato.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA GARANTIA E EXECUÇÃO CONTRATUAL

19.1. Não será exigido a prestação da garantia prevista no art. 96, da Lei nº 14.133/2021.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Aplicam-se ao presente contrato as infrações e sanções administrativas previstas no item 26 do Termo de Referência, parte integrante deste instrumento, inclusive advertência, multa compensatória, multa moratória, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, observados os percentuais, hipóteses de incidência e o devido processo legal.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLICIA MILITAR DO ACRE - PM
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000002/2026

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 21.1. Constituem motivo para extinção do Contrato:
- 21.2. O não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- I - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
 - II - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o Contrato;
 - III - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
 - IV - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato;
 - V - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade Contratante;
- 21.3. A Contratada terá direito à extinção do Contrato nas seguintes hipóteses:
- I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
 - II - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 90 (noventa) dias;
 - III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
 - IV - atraso superior a 60 (sessenta) dias, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
 - V - não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do fornecimento, nos prazos contratuais;
- 21.4. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do item anterior não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- 21.5. A extinção do Contrato poderá ser:



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLICIA MILITAR DO ACRE - PM
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000002/2026

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

21.6. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

22.1. A contratação prevista neste termo tem amparo legal na Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações, Decreto Federal nº 11.462/2023, Decreto Estadual nº 11.363/2023, Decreto Federal nº 11.871/2023, Decreto Estadual nº 5.966/2010, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e Lei nº 8.078/1990.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

23.1. A presente contratação vincula-se, para todos os fins de direito, ao Termo de Referência, ao edital de licitação, à proposta apresentada pelo licitante vencedor e aos respectivos anexos dos documentos supracitados, independentemente de sua transcrição neste instrumento. Na hipótese de divergência entre os referidos documentos, prevalecerá o disposto no Termo de Referência.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

24.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do Contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos prazos estabelecidos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, contados da data de sua assinatura.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO FORO

25.1. O foro do presente Contrato será o da Comarca de Rio Branco, Capital do Estado do Acre, excluído qualquer outro.

25.2. E assim, por estarem às partes de acordo, justas e Contratadas, foi lavrado o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

26. CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

26.1. **Compromisso com a Integridade:** A Contratada declara expressamente que não oferecerá, dará, prometerá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros em razão deste contrato.

26.2. **Conformidade com a Legislação:** A CONTRATADA se compromete a cumprir todas as disposições da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Estadual nº 3.747/2021 (Programa de



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLICIA MILITAR DO ACRE - PM
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000002/2026

Integridade e Compliance do Estado do Acre) e demais normas aplicáveis.

26.3. **Canal de Denúncias:** A CONTRATADA se compromete a divulgar, no âmbito de sua organização, o canal de denúncias da Polícia Militar do Acre, assegurando que qualquer colaborador possa relatar irregularidades relacionadas à execução deste contrato. Para tanto, deverão ser informados os seguintes meios de contato:

26.4. E-mail: ouvidoria.pm@ac.gov.br;

26.5. WhatsApp: (68) 99917-9664;

26.6. Endereço: Praça da Revolução Plácido de Castro, nº 70, Centro, Quartel do Comando Geral, sala da Corregedoria;

26.7. A Controladoria-Geral do Estado reitera que a formalização dessa cláusula nos contratos administrativos contribui para a uniformização de práticas de integridade, amplia a segurança jurídica nas contratações e fortalece os pilares da ética e da conformidade na gestão pública estadual.

Rio Branco/Ac, datado e assinado eletronicamente.

(Assinado eletronicamente)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - CEL QOMEC PM

Comandante Geral da PMAC

DecretoXXXXXX/ XX/XX/202X

FORNECEDOR

(empresa)

CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **KLEISON JOSE OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE**, em 14/04/2026, às 09:29, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLICIA MILITAR DO ACRE - PM
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000002/2026



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://compras.ac.gov.br/validador/documento>, informando o código verificador **CPE2348A 91292DD7 448EF14C 35BB0923** e código CRC **298C8C**